



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002946-20.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Eduardo de Oliveira**
 Requerido: **BV FINANCEIRA SA CRÉDITO E FINANCIAMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

EDUARDO DE OLIVEIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Exibição em face de BV FINANCEIRA SA CRÉDITO E FINANCIAMENTO, também qualificada, alegando ter firmado com a requerida em 28/02/2011 um contrato financeiro de bem móvel para aquisição do veículo Fiat Siena, placas EVG-3699, 2011/2011, Renavam 299.307.735 e chassi final 0890, contrato este aditado em 06/05/2014 e, para possibilitar o ajuizamento de ação futura, pretende seja determinado à ré a exibição de todos os contratos firmados.

Deferida a liminar, a ré veio aos autos contestar afirmando que, embora no ato de formalização do negócio tenha havido a entrega do contrato ao cliente, apresenta cópia dos contratos, pugnando pela improcedência da ação com a abstenção da condenação na verba honorária, pois não configurada resistência pela ré.

É o relatório.

DECIDO.

A partir da análise do pedido administrativo de exibição dos documentos formulado pelo autor à ré, que se acha às fls. 15, vê-se não tenha havido tempo plausível para dita exibição administrativamente.

Ocorre que, recebido o pedido pela ré em 11 de fevereiro de 2016 (*vide fls. 15*), dias depois, em 29 de fevereiro de 2016, o autor já veio a ajuizar a presente ação.

Assim é que seria, em tese, caso de se reconhecer a ausência de condições da ação, uma vez não comprovado o pagamento da taxa administrativa de emissão dos documentos, pelo(a) autor(a), bem como não comprovada a falta de atendimento pelo réu, hipótese em que, segundo entendimento já pacificado pelo C. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.349.453/MS, representativo de recursos repetitivos, a propositura de ação cautelar de exibição de documentos bancários (cópias e segunda via de documentos) sujeita-se à “*comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável, e o pagamento do custo do serviço conforme previsão contratual e normatização da autoridade monetária*”, atento a que, “*se não houver a iniciativa de seu cliente de pedir na agência de relacionamento, pelos canais adequados, a emissão de segunda via dos documentos já fornecidos, não há como se considerar configurada resistência do banco e, portanto, interesse de agir que justifique a movimentação do Poder Judiciário para a solicitação dos documentos*”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comuns” (cf. REsp. nº 1.349.453/MS - 2ª Seção - 10/12/2014 ¹).

No mesmo sentido o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Contrato de financiamento de veículo. Interesse de agir. Necessidade de requerimento administrativo prévio ao banco. STJ, Recursos Repetitivos, REsp nº 1.349.453/MS. Requisito não preenchido. Interesse de agir não configurado. Sentença reformada para extinguir o processo sem resolução do mérito por carência de ação. Recurso do Apelante-requerido provido, prejudicado o recurso do Apelante-requerente” (cf. Ap. nº 1018187-79.2013.8.26.0100 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 30/03/2015 ²).

É de se ver, contudo, que a partir da exibição não haveria razão para extinção da demanda e manutenção do conflito de interesses.

É caso, porém, de se inverter os ônus da sucumbência, como se verá adiante.

No mérito, temos que esta mesma condição de tratar-se esta ação, de uma medida cautelar preparatória por excelência, evidencia a presença do *fumus boni juris*, e quanto ao *periculum in mora*, há que se considerar o risco de não se verificar o exercício do direito de ação, dado que os documentos necessários à sua propositura acham-se em poder do réu, daí a necessidade de se antecipar a prova, no que se confundem as circunstâncias acima já justificadas em relação ao *fumus boni juris*.

No mais, tratando especificamente de hipótese de exibição de contrato bancário, há que se destacar que *o banco tem em seu poder o contrato não exibido, bem como o controle de envio dos extratos com os informes da conta, não se podendo exigir do autor a prova do fato negativo*, tal a não remessa (cf. Ap. n. 906.293-7 - Décima Segunda Câmara. Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MATHEUS FONTES, Relator ³).

Para rematar, indica-se que a ação de exibição de documento não é seara própria à discussão da matéria de fundo, ou seja, questões envolvendo a lide principal, e porque se trata de medida satisfativa, para cuja propositura não há sequer necessidade de indicação da lide principal ou seu fundamento (cf. STJ - 4ª T. - AI 508.489-AgRg, rel. Min. Jorge Scartezzini - *in* THEOTÔNIO NEGRÃO ⁴), não há falar-se em prescrição.

Com a exibição dos documentos pelo réu, não há pretender-se qualquer discussão acerca de questões outras, as quais somente na ação principal que eventualmente venha a ser proposta pela autora poderão ser versadas. Aqui, basta a exibição dos documentos, sem que tenha a ré oferecido qualquer resistência, razão pela qual deixo de condená-la nos encargos da sucumbência.

No que diz respeito à sucumbência, embora comprovado, pelo autor, o requerimento administrativo dos documentos, mas não havendo prova do pagamento da respectiva tarifa, e, menos ainda, concessão de prazo razoável para o atendimento do pedido administrativo, não há se falar em resistência da pretensão pelo réu, inclusive porque exibidos os documentos com a resposta, a propósito do que tem entendido a jurisprudência: “CAUTELAR INOMINADA – Exibição de documentos - Sentença de parcial procedência, determinando que as custas e despesas processuais serão divididas entre as partes, compensada a verba honorária – Autor que insiste na imposição dos ônus de sucumbência exclusivamente ao réu - Descabimento – Ausência de comprovação de pedido administrativo formal e a consequente recusa da instituição financeira, tampouco recolhimento qualquer tarificação para que o serviço fosse prestado - Necessidade do prévio requerimento administrativo que viria a caracterizar pretensão resistida, configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário – Vedada a reformatio in pejus –

¹ www.stj.jus.br/SCON.

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ LEX - JTACSP - Volume 185 - Página 316.

⁴ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 902, nota 4c ao art. 844.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sentença mantida – Recurso não provido” (cf. Ap. nº 1016663-56.2014.8.26.0506 - 12ª Câmara de Direito Privado TJSP - 11/02/2016⁵).

Cumprirá, portanto, ao autor(a) arcar como pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, DOU POR SATISFEITA a exibição de documentos requeridas por EDUARDO DE OLIVEIRA contra BV FINANCEIRA SA CRÉDITO E FINANCIAMENTO, invertido o ônus da sucumbência, em consequência do que CONDENO o(a) autor(a) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

Defiro o desentranhamento, pelo(a) autor(a), dos documentos exibidos, mediante manutenção de cópia autêntica nos autos, à suas expensas.

São Carlos, 23 de junho de 2016.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

⁵ <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultado>